



Prefeitura Municipal de Gramado
Secretaria da Educação

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de Serviços de Transporte Escolar, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

1. Das Condições Gerais da Contratação:

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, com o fornecimento de veículos devidamente abastecidos e com o condutor, para o atendimento dos alunos da rede municipal de ensino que necessitam deslocamento intermunicipal diário para instituições de ensino localizadas em outros municípios. A prestação dos serviços será remunerada pelo critério de menor preço contratado por viagem/dia, conforme as especificações detalhadas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto almejado é considerado um serviço comum, pois suas características e padrões de qualidade podem ser claramente especificados no edital de licitação;

1.3. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser renovado por igual período, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

1.4. O prazo de execução dos serviços de transporte escolar será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato e da emissão da Ordem de Início de Serviço, com previsão para o início do ano letivo de 2026. A prestação efetiva do serviço ocorrerá durante o período letivo, respeitando o calendário específicos das instituições intermunicipais atendidas (Escola de Ensino Médio Monteiro Lobato - CIMOL e IFSul), excluindo-se recessos, feriados e férias escolares, salvo determinação expressa da Secretaria Municipal de Educação.

1.5. O objeto da contratação é classificado como Serviço Contínuo, conforme definido na legislação vigente, pois constitui uma necessidade pública permanente e prolongada da Secretaria da Educação.

1.6. O transporte intermunicipal será processada por itens (rotas conforme itinerário), de modo de assegurar a ampla competitividade e a eficiência operacional, de acordo com a conveniência da Secretaria da Educação. A medição e pagamento realizados por **viagem/dia**.

1.6.1. Justificativa para a diferença de unidade de medida: A adoção da unidade de **viagem/dia** para as rotas intermunicipais (CIMOL e IFSul) se justifica pela necessidade de mitigar os riscos de gestão e controle decorrentes de diferentes calendários escolares e alterações operacionais de outras municipalidades. O critério de preço por viagem/dia visa simplificar o controle do pagamento frente a eventuais mudanças na frequência ou duração das aulas que possam ocorrer no decorrer do contrato, garantindo maior transparência e eficácia na execução contratual.

1.7. O valor estimado para a contratação está discriminado conforme tabela abaixo, contendo as unidades de medida, quantidades anuais estimadas e valores unitários, para fins de operacionalização e cadastro:

Itinerário	Nome da Rota	Unidade	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor total
01	Gramado – Taquara IACS - Saporanga IFSul	UN	220	R\$ 708,28	R\$ 155.822,46
02	Gramado – Taquara Cimol – Rolante IFRS (Manhã)		210	R\$ 1.119,82	R\$ 235.163,11
03	Gramado – Taquara Cimol – Rolante IFRS (Tarde)		210	R\$ 1.119,82	R\$ 235.163,11

1.7.1. As unidades, quantitativos e valores unitários apresentados correspondem aos parâmetros utilizados na composição dos custos e na requisição de compras que instruí o presente processo;





Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria da Educação

1.7.2. Para as rotas com unidade “UN”, considera-se cada unidade como a **prestação diária do serviço** do transporte escolar, compreendendo o deslocamento de ida e retorno dos estudantes no respectivo itinerário;

1.7.3. Para fins de composição dos custos, as planilhas analíticas consideram dois referenciais distintos: (i) o período de cálculo (PPC), utilizado para diluição dos custos fixos ao longo da execução contratual, e (ii) os dias letivos efetivos, utilizados para definição do valor diário do serviço. Dessa forma, os quantitativos indicados na tabela refletem o período contratual estimado, enquanto os valores unitários decorrem da metodologia de cálculo baseada na execução nos dias letivos, não havendo divergência entre os parâmetros adotados, mas sim complementaridade na formação do preço.

1.7.4. As planilhas analíticas de composição de custos permanecem inalteradas e serão disponibilizadas em arquivos apartados, para fins de transparência e conferência pelas empresas licitantes.

1.8. Da Dinâmica das Rotas e Itinerários: As rotas descritas neste Termo de Referência e seus anexos refletem a necessidade atual da rede de ensino. Considerando a natureza dinâmica do transporte escolar, eventuais ajustes pontuais de paradas, horários e pequenos desvios de itinerário, desde que inerentes à prestação do serviço e necessários para o atendimento dos alunos, poderão ser determinados pela fiscalização do contrato. Tais ajustes não ensejarão alteração do valor da viagem diária estabelecida como base para o faturamento, salvo se houver alteração substancial do percurso que demande reequilíbrio econômico-financeiro nos termos da Lei.

2. Da Justificativa da Contratação

2.1. Justificamos as quantidades em função do consumo e da provável utilização, pautada em fatos concretos. As quantidades a serem contratadas, totalizando 3 (três) rotas, foram estabelecidas pela consolidação do histórico de contratos e consumo e do levantamento de novas demandas e previsão de crescimento para as rotas intermunicipais (CIMOL/IFSul). A estimativa é pautada em um levantamento técnico atualizado que visa a otimização do trajeto e a economia de escala, garantindo a cobertura eficiente e econômica do serviço;

2.2. A razão da necessidade da aquisição: A contratação se justifica pela necessidade de substituir os contratos emergenciais realizados em 2025, que se encerrarão no final do ano letivo, sendo crucial para garantir a continuidade ininterrupta do acesso à educação a partir de 2026. A aquisição visa também a inclusão e atualização de rotas, especialmente o deslocamento intermunicipal para o CIMOL e IFSul, que os contratos vigentes não atendem ou se mostraram insuficientes.

2.3. As especificações técnicas dos bens: O objeto é classificado como um serviço comum de transporte escolar. A solução contratada deve focar na garantia de um transporte seguro, eficiente, pontual, regular e acessível. Os requisitos técnicos exigem que os veículos estejam devidamente abastecidos, com condutor habilitado, capacitado e em conformidade com o CONTRAN, possuam idade mínima de fabricação a partir de 2010, e cumpram a tipologia e lotação específica para cada rota (ônibus, micro-ônibus, van/utilitário), conforme detalhado no ETP.

2.4. O quantitativo de serviço demandado: O quantitativo demandado é a prestação de serviços em 03 (três) rotas intermunicipais, remuneradas por viagem/dia. A contratação visa atender a população e o corpo discente nas rotas intermunicipais.

3. Da Descrição da Solução Como Um Todo:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, parte integrante do processo.

4. Requisitos da Contratação:

4.1. Os requisitos da contratação estão dispostos no item 02. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO do Estudo Técnico Preliminar.





Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria da Educação

4.2. As contratadas deverão, se possível, incorporar práticas que promovam o Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não haverá vedação de marca ou modelo de veículo, todavia, a empresa deverá atender o tipo de veículo e lotação de cada rota como conste no item 2.5. do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, apresentar os veículos (ônibus, micro-ônibus, van/utilitário) e a respectiva documentação legal e de segurança para vistoria técnica e aprovação por parte da Administração, em local a ser determinado. Esta exigência é condição indispensável para o início da prestação dos serviços, visando garantir a segurança dos estudantes e a adequada execução do objeto contratual, conforme requisitos estabelecidos neste documento;

4.5. Providenciar a substituição imediata de qualquer veículo que apresente defeito ou falta de condições de segurança, no prazo máximo de **01 (uma) hora**, sob pena de sanções administrativas e desconto proporcional ao serviço não prestado.

4.6. Manter seguro total de responsabilidade civil em favor dos passageiros, condutores, monitores e terceiros, cobrindo danos pessoais e materiais, durante toda a vigência do contrato.

4.7. Garantir que todos os funcionários (motoristas) estejam devidamente identificados, sendo obrigatório o uso de crachá.

4.8. Subcontratação é vedada.

5. Da Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

5.1. Finalidade e Base Legal: O tratamento de dados pessoais pela contratada será restrito à(s) finalidade(s) específica(s) e legítima(s) da execução do objeto contratual.

5.2. Encarregado: A contratada nomeará formalmente seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), comunicando aos contratantes seus dados de contato.

6. Da Execução do Objeto

6.1. A execução dos serviços deverá ser realizada conforme o roteiro e o cronograma (horários e pontos de parada) estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), que serão anexados ao presente documento, conforme o anexo II – Descritivo de Rotas e Mapas. A empresa contratada deverá garantir a pontualidade e a segurança dos alunos.

6.2. Em atendimento ao disposto no Art. 98 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigida a prestação de garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total anual estimado do contrato. Este percentual é suficiente para cobrir os riscos identificados no ETP e, por não ultrapassar o limite estabelecido em lei, dispensa justificativa adicional para sua fixação;

6.3. Considerando a natureza do serviço contínuo de transporte escolar, o prazo de garantia é inerente à disponibilidade ininterrupta e imediata dos veículos e condutores para a execução das rotas durante todo o período letivo. A garantia se manifesta na obrigação da CONTRATADA de assegurar que os veículos alocados estejam em plenas condições de circulação e segurança, conforme as normas vigentes. A manutenção preventiva e corretiva, e a assistência técnica para manter a frota operacional e segura, são de responsabilidade contínua e exclusiva da CONTRATADA e indispensáveis para a regularidade do transporte, conforme requisitos da contratação.

6.4. A SME comunicará a data de início da prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo a CONTRATADA estar plenamente apta a operar em sua totalidade no primeiro dia letivo de 2026.

6.5. A execução dos serviços será realizada de acordo com os calendários específicos das instituições intermunicipais atendidas (CIMOL e IFSul). O cronograma, incluindo os horários e pontos de parada por rota, será formalmente estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e anexado ao Contrato como Anexo II – Descritivos de Rotas e Mapas.





Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria da Educação

6.6. O local de prestação do serviço compreende as rotas intermunicipais para o CIMOL e IFSul. Os itinerários específicos de cada uma das 3 rotas estão detalhados no item 1.7 e serão pormenorizados em roteiro anexo. O horário de prestação ocorrerá durante o período letivo, respeitando os calendários e horários de aula, sendo vedada a prestação fora de recessos, feriados e férias escolares, salvo determinação expressa da SME.

6.7. Os materiais e componentes do serviço a serem disponibilizados pela CONTRATADA incluem: Veículos (ônibus, micro-ônibus, van/utilitário) com capacidade e tipologia adequadas a cada rota, devidamente inspecionados e em plenas condições de uso e segurança; Combustível e lubrificantes necessários para a integralidade das rotas; e Condutores devidamente habilitados e capacitados, nos termos do CONTRAN, além de Monitores onde for exigido por lei.

6.8. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

7. Da Gestão do Contrato:

7.1. Vigência e Prorrogação

7.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada nos limites e termos previstos na Lei nº 14.133/2021;

7.1.2. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

7.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

7.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

7.2. Identificação da Equipe de Fiscalização do Contrato

	Fiscal Administrativo	Fiscal Técnico	Gestor do Contrato
Nome:	Filipe Mirapalheta	Natanael de O. Contreiras	Ticiane Vanessa V. Haas
Matrícula:	14.283-1	15.143-4	13.739-1

7.2.1. O fiscal técnico é de carácter comissionado, entretanto o mesmo possui conhecimento técnico e prático sobre o transporte escolar, sendo responsáveis pela elaboração da planilha analítica de custo, rotas e da fiscalização geral dos contratos do transporte escolar

7.2.2 A medição dos serviços será realizada exclusivamente com base na quantidade de viagem/dia efetivamente executada em cada rota, devidamente registrada e atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato. O pagamento será efetuado pelas informações coletadas e demonstrada efetivamente rodados e comprovados.

7.3. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.4. Reajuste Contratual

7.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data da conclusão do orçamento estimado pela Secretaria da Educação, o que iniciou no dia 05/11/2025 e finalizada no dia 25/11/2025;

7.4.2 O reajuste de preços será aplicado mediante a observância do interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data-base mencionada no subitem 7.4.1;

7.4.3 O reajuste anual, em caso de prorrogação ou para manter a vigência anual do preço, será efetivado pela aplicação do índice oficial de correção monetária do valor da contratação, tendo por data-base aquela prevista no subitem 7.4.1, e será formalizado por Termo Aditivo.

7.4.4. A contratada deverá protocolar o requerimento junto ao fiscal do contrato, que se manifestará sobre a pertinência ou não do pedido, encaminhando-o posteriormente para a Área de Licitações, que realizará as demais diligências para análise final.





Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria da Educação

7.4.5. O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o IPCA;

7.4.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste;

7.4.7. Os reajustes serão procedidos, obrigatoriamente, de solicitação da contratada acompanhada de memorial de cálculo e da apresentação da planilha de custos e formação de preços, conforme a variação de custos do reajuste;

7.4.8. Não se admite o reajuste dos equipamentos porque os mesmos são depreciados por legislação própria, diferentemente dos insumos que devem ser renovados (adquiridos) mensal ou periodicamente.

7.5. Repactuação

7.5.1. A repactuação de preços será utilizada na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra (folha de salários) e estiver vinculada à data-base desses instrumentos;

7.5.2. A contratada deverá protocolar o requerimento junto ao fiscal do contrato, que se manifestará sobre a pertinência ou não do pedido, encaminhando-o posteriormente para a Área de Licitações, que realizará as demais diligências para análise final.

7.5.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação terá início a partir da data do acordo, convenção coletiva de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta;

7.5.4. As repactuações envolvendo mão de obra (folha de salários) serão precedidas, obrigatoriamente, de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio, coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a avaliação de custos objeto da repactuação;

7.5.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada;

7.5.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

7.5.7. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

7.5.8. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.6. Reequilíbrio Econômico-Financeiro

7.6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d", do inciso II, do caput, do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021;

7.6.2. Na hipótese de o preço ofertado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará a contratada para negociar a redução do preço registrado;

8.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço ofertado e a contratada não puder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado à contratada requerer ao Município a





Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria da Educação

alteração do preço disposto em contrato, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente a impossibilite de cumprir o compromisso;

7.6.2.1. O pedido de revisão dos preços deverá ser dirigido ao fiscal do contrato devidamente justificado, ou seja, explicando quais as circunstâncias de mercado que ocasionaram o aumento ou a diminuição do preço, e comprovando, mediante apresentação de fotocópias de Notas Fiscais (da época da licitação e da data do aumento), tabelas de preços de fabricantes, lista de preços de matérias-primas ou outros comprovantes que confirmem o alegado na justificativa, para análise e Parecer Jurídico quanto à viabilidade de reequilíbrio dos preços registrados;

7.6.3. O fiscal do contrato se manifestará sobre a pertinência ou não do pedido, encaminhando-o posteriormente para a Área de Compras e Licitações, que realizará as demais diligências para análise final.

7.6.4. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço previsto em contrato, o pedido será indeferido pelo Município e a contratada deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável;

7.6.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço contratado, o Município atualizará os valores contratuais, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

7.6.6. A contratada deverá apresentar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão;

7.6.7. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias.

8. Dos Critérios de Medição e de Pagamento

8.1. O pagamento da nota fiscal será até o 5º (quinto) dia útil, após processamento da liquidação da nota pelo setor competente, subsequente ao mês da prestação do serviço.

8.2. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, e documentos que acompanham a nota, por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

9. Do Valor da Contratação

9.1. A estimativa de valor da contratação do objeto e preços unitários referenciais são:

Itinerário	Nome da Rota	Valor total
01	Gramado – Taquara IACS - Sapiranga IFsul	R\$ 155.822,46
02	Gramado – Taquara Cimol – Rolante IFRS (Manhã)	R\$ 235.163,11
03	Gramado – Taquara Cimol – Rolante IFRS (Tarde)	R\$ 235.163,11
(A) Total:		R\$ 626.148,68

9.2. Diante da proposta de ampliação e de ajuste do atendimento no transporte escolar nas localidades informada no presente documento, a Secretaria da Educação elaborou planilha analítica de custos, concluída no dia 19/05/2026, considerando os parâmetros técnicos dos contratos vigentes e os valores praticados em rotas com características similares.

A referida planilha, que acompanha este processo como anexo, foi utilizada como base para a composição do custo estimado da contratação, permitindo maior transparência, clareza e controle na definição dos preços. Tal instrumento substitui a necessidade de coleta de múltiplos orçamentos, uma vez que reflete a realidade do mercado local e as condições efetivas de execução do serviço, além de servir como referência para futuras análises de economicidade e eventuais repactuações contratuais.

A utilização da planilha padronizada como base estimativa está em conformidade com os princípios da





Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria da Educação

economicidade, eficiência e legalidade, atendendo aos requisitos da Lei nº 14.133/2021 para instrução do processo de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. Dos Limites Orçamentários

Órgão: 07 - Secretaria da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Mun. da Educação - ADM e PEDAGÓGICO

Proj/Atividade: 2038 - Gestão do Transporte Escolar

Despesas: 403 e 410

Recurso: 15000500

Elemento de despesa: 3.33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento: 32 – Transporte Escolar

Gramado, 21 de maio de 2026.

Simone Tomazelli Andreis
Secretária da Educação

Cristiano Martins Torcato, matrícula 13.333-1
Auxiliar Administrativo

